

PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: DUAS CONSTATAÇÕES, DUAS PRIORIDADES

Duas constatações

1. **Só através do aumento expressivo das exportações e do investimento nos sectores produtores de bens e serviços transaccionáveis poderemos inverter um processo que se arrisca a bloquear por muitos anos o desenvolvimento do nosso País.** De facto, o persistente desequilíbrio da balança corrente, que tem vindo a alimentar um endividamento crescente face ao exterior, implica que a saída da crise não está do lado da procura interna, está do lado da oferta, na produção, particularmente na produção dirigida aos mercados externos.
Por outro lado, a perda de potencial de crescimento da economia portuguesa na última década resulta da desaceleração da produtividade, e foi agravada pela forte queda do investimento empresarial associada à presente crise.
2. **O tecido empresarial português é constituído fundamentalmente por PME:** num universo de perto de 300 mil empresas constituídas sob a forma de sociedade, com pelo menos uma pessoa ao serviço¹, só 921 empregam mais de 250 trabalhadores (e destas só uma minoria são de sectores abertos à concorrência internacional: 274 empresas industriais, às quais temos a somar cerca de 100 em sectores com expressão na balança externa de serviços, como o turismo e os transportes)². As PME portuguesas geram cerca de 2,1 milhões de postos de trabalho (mais de três quartos do emprego do sector empresarial) e mais de 170,3 mil milhões de euros de facturação (56% do total de todas as empresas)³. **O esforço necessário ao aumento das exportações e ao aumento do investimento empresarial recai, por isso, inevitavelmente, sobre as PME portuguesas, debilitadas pela queda da procura e pelas dificuldades de financiamento decorrentes da crise.**

¹ Dados do IAPMEI, “Sobre as PME em Portugal, Fevereiro de 2008”

² Dados do INE relativos a 2008.

³ Dados do IAPMEI, “Sobre as PME em Portugal, Fevereiro de 2008”

Duas prioridades

1. O **aumento das exportações** requer que as empresas dos sectores produtores de bens e serviços transaccionáveis aumentem a **competitividade** e conquistem quotas de mercado, o que exige elevados ganhos de **produtividade**, que possibilitem, num contexto de moderação salarial, **reduzir os custos laborais unitários** relativamente aos nossos concorrentes. Foi este, aliás, o caminho seguido pela Alemanha e que possibilitou que este país mantenha, mesmo no presente cenário de crise, um confortável excedente externo.

Ganhar produtividade significa sobretudo **aumentar o valor acrescentado dos produtos exportados**. Para isso, as empresas terão de alargar as suas cadeias de valor e adquirir as competências e conhecimentos necessários, ao nível do **design e da inovação**, para conceberem produtos desejados e reconhecidos pelos mercados, constantemente renovados e adequados; terão também de colocar esses produtos nos mercados de forma a valorizá-los o mais possível, apostando em **marcas próprias e no controlo dos canais de distribuição**.

Outra via a seguir para aumentar as exportações deverá ser a **diversificação dos mercados**, sobretudo para mercados onde temos maiores facilidades de penetração devido a laços históricos, à língua, à diáspora, à proximidade geográfica ou cultural, que nos proporcionam vantagens comparativas face a outros concorrentes.

2. Segunda prioridade para vencermos os actuais bloqueios ao desenvolvimento económico do nosso País: **o investimento empresarial em sectores produtores de bens e serviços transaccionáveis**, justificado pela necessidade de favorecer o potencial de crescimento da economia nacional e contrariar o desequilíbrio externo, através do aumento da competitividade e da capacidade da oferta em sectores abertos à concorrência internacional. A grande questão que se coloca neste momento é, pois, **como estimular esse investimento**, num momento em que as expectativas de evolução da procura não são favoráveis e a situação financeira das empresas, fortemente endividadas, se encontra particularmente deteriorada em consequência da crise.

Não temos dúvidas de que os incentivos fiscais são a via mais adequada para estimular o investimento empresarial. Nesse sentido, a AEP propôs já ao Governo a criação de um **mecanismo de dedução à matéria colectável dos lucros retidos e reinvestidos** (DLRR), dirigido às PME dos sectores produtores de bens e serviços transaccionáveis, e inspirado numa figura que vigorou em Portugal, com bons resultados, durante largos anos, até à reforma fiscal de 1988/89.